

## LÍNGUA E MUNDIALIZAÇÃO LITERÁRIA: UMA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NA CONTEMPORANEIDADE

Carolina P. FEDATTO<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho analisa as políticas linguísticas para a Língua Portuguesa na circulação editorial da literatura contemporânea. A história de construção das línguas nacionais mostra que a literatura teve um papel fundamental na consolidação de um imaginário unificado de língua. O desenvolvimento de uma escrita prestigiada e uniforme contribuiu para a construção da correspondência entre uma língua e uma nação (Auroux, 1992). A modernidade nos legou essa evidência, mas também nos forneceu elementos para desconfiar dela. A imposição das línguas das metrópoles europeias às suas colônias abalou o binômio língua/nação e possibilitou a expansão dessas línguas para além de seus territórios nacionais. Essa internacionalização linguística passou a ser significada por meio de fenômenos que designam a continuidade da influência linguístico-cultural do Europa. É sob a égide da lusofonia que assistimos ao aumento de publicações, sobretudo em Portugal e no Brasil, de produções literárias vinculadas aos Estados membros CPLP; a este acontecimento denominamos *mundialização literária*. Por meio de análises de elementos paratextuais de edições literárias atuais em Língua Portuguesa, buscaremos compreender os valores difundidos pelas políticas linguísticas lusófonas contemporâneas e o papel dos diversos países de língua oficial portuguesa. Examinando os efeitos de unidade, completude e diversidade que a ideia de lusofonia produz, questionamos a natureza da relação entre as diversas literaturas de Língua Portuguesa e buscamos retratar a historicidade que as constitui. A aposta deste estudo é de que as produções literárias atuais em Língua Portuguesa sejam um observatório interessante de como o fenômeno da mundialização marca os *espaços enunciativos* descolonizados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Colonização linguística; Literaturas em Língua Portuguesa; Política das línguas e políticas linguísticas; Lusofonia e literatura; Mundialização literária.

*Gritarei*

*Berrarei*

*Matarei*

*Não vou para Pasárgada.*

(Ovídio Martins, poeta cabo-verdiano, *Anti-evasão*)

---

<sup>1</sup> UNIVÁS, Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Av. Tuany Toledo, 470, CEP 37550-000, Pouso Alegre/MG, Brasil – [carolinafedatto@gmail.com](mailto:carolinafedatto@gmail.com).

## **Língua e hiperlíngua**

Para a Linguística, falar uma língua está geralmente associado à ideia de que os homens possuem uma gramática desta língua. Chomsky afirma que o conhecimento linguístico é o conhecimento de uma gramática, de uma estrutura de regras, princípios e representações que existem na mente dos falantes. A gramática representada na mente é um objeto real a partir do qual a língua deve ser definida. Já gramática elaborada pelo linguista é uma teoria articulada explícita que se esforça para exprimir as regras e os princípios da gramática presente na mente de um locutor-auditor ideal. Mas esta ideia de gramática não nasce do pensamento gerativista, ela remonta à *Tekhnê* de Dionísio de Trácia, como sendo uma técnica de descrição linguística composta por exemplos canônicos, paradigmas e regras que permitem construir frases ou uma língua gramatical. Podendo criar e recriar enunciados a partir das regras expostas, a língua gramatical não se confunde com a língua empírica, pois não é capaz de prever as frases que serão efetivamente pronunciadas pelos falantes em situações reais e históricas de comunicação.

Para considerar a realidade do conhecimento linguístico e suas produções, Auroux (1997) propõe um modelo explicativo baseado da noção de *hiperlíngua*. No modelo da competência gramatical, a gramática presente na mente é igualmente implementada em todos os indivíduos falantes de uma mesma língua, sendo também idealmente análoga à gramática produzida pelo linguista. Já no modelo da hiperlíngua, figuram diferentes elementos, como: as relações de comunicação que se estabelecem entre indivíduos diferentes com competências linguísticas diversas; indivíduos que podem ter acesso a instrumentos linguísticos que modificam sua competência; indivíduos que exercem diferentes práticas sociais e relações de comunicação que se dão num certo ambiente histórico. Segundo Auroux, a hiperlíngua é entendida, então, como um espaço/tempo estruturado por falantes social e linguisticamente desiguais, instrumentos linguísticos e situações diversas e reais de comunicação.

Levar a termo essa conceituação, para o autor, significa afirmar que a língua não existe, apenas existem certas porções do espaço/tempo, sujeitos dotados de determinadas capacidades linguísticas (ou gramáticas) não idênticas e rodeados por um mundo com seus artefatos técnicos, dentre eles gramáticas e dicionários, mas também políticas, leis, relações socioeconômicas (Auroux, 1997, p. 112). O interesse, portanto, da noção de hiperlíngua é compreender que indivíduos podem se comunicar porque

pertencem a uma mesma rede de comunicação, não porque partilham a mesma gramática. Nessa rede de comunicação incluem-se os sujeitos falantes e suas competências, mas também o ambiente cultural e a realidade não linguística. E, em nosso entender, até gramáticas e línguas diferentes. Daí o argumento da intercompreensão/comunicação ser insuficiente para distinguir as diferenças entre as línguas. Considerando a existência da hiperlíngua, esse critério é sempre político. Nesse sentido, Auroux argumenta que a mudança de hiperlíngua não vai necessariamente até à absoluta incompreensão (como na longa passagem das protolínguas a seus descendentes distantes). Mas, quando se muda de natureza e constituem-se novos espaços para a comunicação, para a vida e para a história dos homens (por exemplo, quando se estende a hiperlíngua portuguesa a territórios americanos, asiáticos e africanos), produz-se uma nova estrutura local de hiperlíngua que se marca bastante rapidamente em diferenças de estrutura linguístico-discursiva. De resto, diz o autor, “compreender como a extensão das hiperlíngua possa não conduzir à incomunicabilidade [como no caso da língua portuguesa] é um problema teórico e empírico de grande importância” (Auroux, 1997, p. 116).

Uma importante tentativa de descrição da realidade é posta, portanto, em causa por meio da hipótese de uma língua estendida, ou extensiva, que ultrapassa os limites do sistema formal, sendo ao mesmo tempo motor e fruto do mundo extralinguístico. Auroux baseia sua argumentação na análise, sobretudo, do funcionamento social dos instrumentos linguísticos e na tomada de uma posição teórica fundamental: a de que o mundo participa na construção da referência. Sobre o papel dos instrumentos, ele afirma que toda representação de fatos linguísticos contém um conjunto de hipóteses sobre a estrutura de uma hiperlíngua. Uma hiperlíngua pode ser estável ou instável, isotópica ou não, os sujeitos nela encontrados podem ser extremamente puristas ou muito tolerantes, etc. A metalinguagem é essa realidade última que engloba e situa toda realização linguística e limita concretamente toda inovação (Auroux, 1997, p. 114). Em consonância com essa posição teórica, pode-se chegar à conclusão de que a linguagem não é autônoma, ela se situa num mundo dado e entre outros hábitos sociais. Não há possibilidade de linguagem humana sem hiperlíngua. Isso quer dizer que a língua não gera por si só a sua referência. A externalidade da referência é mais do que a simples constatação de que os objetos sobre os quais fala a linguagem são exteriores a ela. É preciso compreender, a partir desse fato, que o mundo externo também participa do sentido. Por exemplo, quando um brasileiro e um português dizem algo, pode ser que a

língua gramatical não muda (embora diversos estudos afirmem as diferenças gramaticais entre português europeu e brasileiro, para ficar apenas nessa disjunção), mas o mundo no qual essas línguas são faladas muda, provocando assim uma mudança na hiperlíngua.

O importante é notar que não é da língua gramatical que existe história. As mudanças linguísticas podem até ser recuperáveis em termos cronológicos, mas o tempo não é uma das dimensões da gramática – já que a noção de sistema é eminentemente sincrônica. A história, a temporalidade, a mudança são dimensões próprias da hiperlíngua (Auroux, 1997, p. 117). Nesse sentido, essa noção se mostra bastante produtiva para estudos que pretendem considerar a língua também como um construto extralinguístico – político e histórico –, como é o caso deste estudo sobre as políticas linguísticas das literaturas em Língua Portuguesa.

### **Política linguística e política das línguas**

O conceito de *política linguística* e sua colocação em prática, a *planificação linguística*, estão ligadas ao nascimento da sociolinguística norte-americana nos anos de 1960. Embora a intervenção humana sobre as línguas seja algo presente desde sempre na história, é a partir daí que há um florescimento de publicações coletivas consagradas aos problemas linguísticos dos países colonizados e das minorias linguísticas com um fundamento científico. A descolonização de muitos países africanos e asiáticos recoloca o problema da construção da identidade nacional através da língua e leva a estudos sobre estratégias para a modificação do estatuto das línguas locais em relação à língua da metrópole. Esses estudos colocarão numerosas questões (e soluções) sobre as funções sociais da língua e sobre as funções linguísticas da sociedade, inaugurando um campo de pesquisas que traz para o centro das preocupações o caráter *político* das relações entre línguas. Formulam-se, então, conceitos como o de *diglossia* – coexistência conflituosa entre línguas dominadas e línguas dominantes – e tipologias das situações plurilíngues que estabelecem nomenclaturas e classificações ainda hoje vigentes, como: língua padrão, clássica, artificial, vernacular, dialeto, crioulo e pidgin, além de qualificativos sobre as funções das línguas, tais quais: materna, nacional, oficial, franca, veicular.

É o linguista francês Louis-Jean Calvet (1996) quem retoma essa trajetória de emergência da política linguística ligada à da sociolinguística e discute suas implicações teóricas. A história recente de intervenção voluntária no estatuto das línguas mostra que as políticas linguísticas costumam colocar em cena a sua linguística, isto é, uma determinada visão científica sobre as línguas (Calvet, 1996, p. 123). Numa época em que a ciência apenas descrevia a estrutura das línguas, os teóricos das políticas linguísticas também só se preocupavam com a ação sobre a *forma* das línguas. Depois, à medida que a linguística se torna sociolinguística, as políticas passam a se interessar pelas *funções* das línguas. Não se pode escapar, então, de uma reflexão sobre a sustentação teórica da possibilidade de que haja políticas linguísticas, mas em que medida é possível intervir no curso das línguas? Calvet menciona o fato de que, na melhor das hipóteses, as políticas funcionam na base da imitação *in vitro* de processos históricos que acontecem *in vivo*. Sucesso ou fracasso dependem da posição teórica que se toma sobre a língua, sobre a história e os sujeitos.

Por isso, considerando que o sujeito falante é interpelado pelo *inconsciente*, que a estrutura da língua é passível de *falha* e que a *contradição* é o sentido da história, só podemos tomar as políticas linguísticas como efeito de uma ilusão de controle. Mesmo com boas intenções, não se pode determinar os rumos nem da forma linguística nem do estatuto das línguas. A possibilidade de equipar as línguas com literatura, escrita, gramáticas, dicionários, terminologias especializadas, sistemas de ensino e leis faz parte de práticas que intervêm num *imaginário de língua*, na língua que podemos descrever, instrumentar, controlar, comparar, padronizar. Mas a língua não é só objeto de ciência, ela constitui sujeitos, tem uma ordem própria e acontece no curso da história, da vida. A língua é *imaginária* e também é *fluida*, acontece à revelia da ilusão de domínio e unidade (Orlandi, 2008, p. 86). As línguas resistem à planificação linguística não por vingança, mas pela complexidade de sua natureza e funcionamento.

### **Discurso da lusofonia e literatura**

Em toda língua e em toda relação entre línguas atua, pois, uma *política linguística* específica que tenta *organizar* as práticas significativas e as forças sociais que estão em jogo. As políticas linguísticas têm um caráter *técnico, restritivo e regulador* dos sentidos e das histórias que estão circulando (Mariani, 2004, p. 44). Se as

intervenções *in vivo*, para citar a tipologia de Calvet (2002, p. 17), geralmente ligadas à intercompreensão frente à convivência entre línguas (línguas aproximativas e veiculares, neologismos espontâneos e empréstimos de palavras) e a fenômenos identitários (gírias, jargões, socioletos, escolhas e proibições deliberadas de praticar um determinado idioma em situações desiguais entre línguas), são a prova de que as práticas languageiras são um motor importante de mudança na forma e na função das línguas, as intervenções *in vitro*, as políticas linguísticas propriamente ditas, isto é, aquelas que passam pelo Estado, por leis e decretos, gozam de maior legitimidade e alcance social. Segundo Orlandi (1998, p. 10 *et seq.*) e Mariani (2004, p. 44 e 45), a formulação dessas políticas assume posições diferentes dependendo das condições sóciohistóricas. Buscando a identidade nacional em detrimento da diversidade regional e das influências estrangeiras, o Estado e as instituições invocam a *unidade como valor*. No caso do contato entre povos, nações e Estados, como ocorre com as conquistas e colonizações, *a dominação* é tida como valor, impondo uma língua sobre outras, seja pelo contato, pela força ou pela lei. Já quando os falantes são considerados, a *diversidade* passa a contar na formulação de políticas que pretendem garantir as diferenças linguísticas. Tanto as práticas languageiras quanto as políticas linguísticas não são isoladas da ideologia nem da imagem que se tem das línguas, o que, por um lado, acirra formas de dominação e controle linguísticos, mas também provoca resistência e mudança de sentido (Mariani, 2004, p. 45).

Mesmo sendo a colonização violência e imposição, ela não é capaz de impedir a circulação de formas de resistência e transformação. A colonização produz, dessa forma, uma contraparte: a descolonização, e com ela inicia-se um novo processo de (inter)nacionalização da língua portuguesa assim como de confirmação de sua heterogeneidade e da necessidade de unificação. Considerando a situação linguística dos países (des)colonizados, Mariani ressalta que as posições podem se dividir entre o acolhimento da língua do colonizador, reconhecendo-se a ex-colônia como tributária deste legado, ou sua rejeição em favor de um nacionalismo linguístico vinculado a tradições locais. No entanto, a complexidade da questão nos leva a afirmar que a língua da metrópole, aceita ou negada como língua oficial da ex-colônia, *nacionaliza-se*, isto é, transforma-se em língua nacional através de recobrimentos e confrontos com outras línguas (locais e de imigração, mesmo não oficiais) em consequência da memória político-histórica da colonização (Mariani, 2008, p. 74). Na contradição entre essas três ordens de inscrição da nação descolonizada na língua do conquistador, forja-se uma

relação singular, mas recorrente, da língua portuguesa com espaços e povos outros – tanto no que concerne a Portugal, quanto ao que eram e ao que são esses países, suas línguas e literaturas depois da colonização.

Nesse sentido, a criação da imprensa (que é contemporânea à exploração massiva do planeta) assume um papel fundamental, pois permite a multiplicação do mesmo texto a um custo menor por exemplar, o que contribui para sua divulgação. O fenômeno de escrita da língua muda, assim, de dimensão, já que a imprensa separa a produção intelectual do texto de sua reprodução material. Pode-se copiar indefinidamente o mesmo texto, mas é preciso fornecer aos impressores que os comprem “produtos frescos”, além de renovar e ampliar o mercado leitor. Esse é o primeiro passo na direção da *mercantilização* das línguas e das literaturas. Como operação material de reprodução do mesmo, a imprensa pode alcançar mais leitores e, em termos linguísticos, tem como consequências a normalização dos vernáculos, a instituição de regras ortográficas e de pontuação e a regularização da morfologia (Auroux, 1992, p. 51). Tendo em vista, entretanto, o fato de que as línguas mudam não só com o passar do tempo, mas também com as especificidades materiais de sua produção e com transformações políticas e sociais nos espaços onde circulam, a necessidade mercantil de normalizá-las não cessa de colocar novos temas a equacionar; haja vista o recente acordo ortográfico em vigor desde de 2009 e assinado em 1990 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

Por conta do fato político da colonização, as literaturas nacionais extrapolam as fronteiras de uma única nação, já que as línguas europeias se tornaram também *línguas* de países descolonizados. Mas nem por isso as fronteiras foram apagadas, pelo contrário, elas estão cada vez mais marcadas, só que através de outros mecanismos, diferentes daqueles ligados à emergência da modernidade. As relações entre línguas, contudo, sempre engendraram uma tensão fundadora que movimenta suas *formas-históricas* entre unidade (apagamento das diferenças em favor da uniformização) e singularidade (reivindicação das diferenças em favor da pluralidade). No caso dos países lusófonos, por exemplo, *língua nacional* e *língua de colonização* são as principais formas que atuam, se sobrepõem e se confundem na disputa pelo dizer literário. Historicamente, o português descende do galego-português, que “é a forma que toma o latim no ângulo noroeste da Península Ibérica” (Teyssier, 2001, p. 03), e se afirma como língua nacional de Portugal no momento de consolidação dos estados

nacionais, quando a transformação do latim vulgar nos vernáculos românicos se beneficia de certa estabilidade devido à emergência de territórios unificados. A precoce unificação nacional aliada ao desenvolvimento econômico e tecnológico dá aos portugueses condições para a expansão ultramarina e a conseqüente colonização dos territórios encontrados.

No momento mesmo em que se nacionaliza, a língua portuguesa faz um movimento de internacionalização baseado na força e na imposição: ela toma a forma de *língua de colonização*. Mas para garantir a eficácia da conquista, o português se associa às línguas autóctones, gramatizando-as com base em sua técnica descritiva (Auroux, 1992, p. 74)<sup>2</sup>, integrando vocábulos específicos, misturando sintaxes e prosódias, formando, assim, *línguas francas, de contato*.<sup>3</sup> Como reitera Mariani (2008, p. 73), todo processo de colonização impõe de forma violenta a língua do colonizador, mas essa língua irá se confrontar com outras num jogo de forças que produzirá, pelo contato linguístico e social, um lugar de dizer diferenciado e decisivo na constituição da *língua nacional*. A língua resultante da colonização não será nem a do colonizador nem a do colonizado, pois a *colonização linguística* modifica as duas e constrói um território social, política e linguisticamente heterogêneo onde se inscrevem os sujeitos dessas línguas. Ao lado de tentativas de conter a fluidez do convívio entre as diversas línguas, com a descrição/instrumentação de algumas e a determinação de seus contextos de uso, assiste-se também ao cruzamento prosódico, sintático e semântico que produzirá línguas histórica e linguisticamente distintas (Mariani, 2008, p. 74), dando origem também a produções literárias e culturais específicas que têm essa *língua outra* como motor e suporte.

Segundo Auroux, a difusão do livro impresso (meio essencial de circulação literária até cerca de duas décadas atrás) constitui um espaço ilimitado no qual os idiomas ficam liberados das variações geográficas, tornando-se *isótopos*, ou seja, uniformes num determinado território nacional (Auroux, 1992, p. 52). Mas a descolonização, aliada à circulação em rede da literatura, consolida formas *transnacionais* da Língua Portuguesa, engendrando novas formas de variação e, portanto, novas demandas por unificação. A produção literária contemporânea dos

---

2 A gramatização é definida por Auroux como sendo uma transferência de tecnologia de uma língua para outra e que não é nunca independente de uma transferência cultural mais ampla. No caso da gramatização das línguas indígenas e africanas, trata-se de uma *exotransferência*, pois os sujeitos que efetuam a transferência não são locutores nativos da língua para a qual ocorre a transferência (Auroux, 1992, p. 74).

3 Como foi o caso, por exemplo, da língua geral no Brasil colônia e do tétum no Timor Leste.

países de Língua Portuguesa é marcada por essa história e se, de fato, ela é culturalmente heterogênea, no âmbito das políticas linguísticas há um projeto de uniformização através, dentre outros fatores, da estabilização de um cânone literário supranacional, mas centralizado. Neste contexto, a literatura pode ser considerada como um importante meio de circulação dessa tensão entre unidade e singularidade. A difusão da Língua Portuguesa através da diversidade literária pretende restringir a heterogeneidade à esfera cultural e criar uma unidade linguística para o português que imaginariamente se esquece da história da colonização e coloca essa língua homogeneizada no campo da mundialização, como se as diferenças entre os diversos *espaços de enunciação*<sup>4</sup> pudessem ser completamente administradas via legislação.

Interessante é notarmos que mesmo que as línguas, em seu real, não suportem a completude, elas emprestam do idioma a *força aglutinadora* que as identificará como um todo coeso e idêntico às representações sociais. É enquanto *idioma* que a língua se deixa projetar como uma unidade colada ao imaginário social e determinada por imposições de ordem histórica (Dias, 2005, p. 111). E, por sua vez, é enquanto produção vinculada a um idioma que a literatura se disciplina institucionalmente como pertencente ou advinda de uma língua específica, mas representando universos culturais diversos, num processo histórico que confirma e produz efeitos de unidade linguística e nacional.

Esses efeitos estão ligados ao modo como as línguas se historicizam na relação com o espaço e os sujeitos. Em relação à Língua Portuguesa, podemos pensar como, mais contemporaneamente, a história do colonialismo português ganhou novos contornos com a ideia de lusofonia. O argumento utilizado para construir a unidade entre Portugal e suas (ex)colônias veio, em grande medida, das teorias raciais do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, as quais sustentavam que a especificidade da identidade brasileira repousava sob a mestiçagem biocultural. Destacava-se, num movimento de decalque e sobreposição, a plasticidade do povo lusitano que projetou a identidade brasileira, capaz de uma intensa mobilidade espacial, de adaptar-se climática e culturalmente e de poder conta com o pecado lascivo para dar lugar ao fenômeno da *miscigenação*. Esta predisposição singular, junto com o caráter cristocêntrico da expansão, teria configurado o que Freyre chamou de *colonização harmoniosa* (Freyre,

---

4 Na conceituação de Guimarães (2005, p. 18) os *espaços de enunciação* são espaços políticos de funcionamento das línguas, onde “elas se dividem, redividem, se misturam, se desfazem, transformam, por uma disputa incessante”.

1940). O sociólogo mantinha estreitos laços com o governo Português. A antropóloga francesa Elisabetta Maino relata que:

por ocasião de uma viagem de muitos meses pelas colônias portuguesas, em 1951, a convite do governo via ministro Sarmiento Rodrigues, Freyre forja o conceito de luso-tropical, explicitado em obras posteriores (1952, 53, 61 e 62). [...] O ministério de assuntos estrangeiros utilizou os trabalhos de Freyre (*Integração portuguesa nos trópicos*, 1958) para convencer a diplomacia internacional dessa especificidade que justificava a manutenção da presença portuguesa na África (Maino, 2005, p. 188-189).

Segundo a teoria *lusotropicalista*, a democracia racial seria um traço cultural essencialista dos portugueses que determina sua *vocação ecumênica de integração*. É a partir da “constatação” da mestiçagem, que G. Freyre fala em “reciprocidade biocultural” entre Portugal e suas colônias, pois não só as colônias teriam gerado povos mestiços, os portugueses mesmos seriam o produto de uma mestiçagem (lusitanos + romanos + árabes + judeus). Da mestiçagem biológica à cultural, a ambivalência da “comunidade de espírito” leva a afirmar que a CPLP nasce como um projeto que visa a reunir países que depositaram na ilusão da descolonização/ liberação as raízes de um humanismo ativo, mas que continuam a sempre perseguir os afetos e significações partilhados. As políticas de ensino do português e as temáticas linguísticas adquirem então uma importância que elas não tinham na época do Império (Maino, 2005, p. 196).

Portugal faz de “sua língua uma pátria”, isto é, um fim em si. Em vista disso, para o que é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, por exemplo, tendo que se ver com o gigante econômico que é o Brasil, Portugal só pode fazer o papel do avô se fizer valer a história e a língua comuns (Perez, 2000, p.616-617). Reaparece, então, o discurso paternalista da “associação natural” que se enraíza no postulado do *destino comum* caro à versão portuguesa do lusotropicalismo. Diversos trabalhos mostram a inadequação dessa visão naturalista sobre o fato histórico da colonização. Apesar de tudo, seu alcance simbólico e utópico continua a fazer parte das representações de si e do outro, construindo clichês que foram integrados pelo imaginário nacional português. As teorias lusotropicalistas são atualmente revisitadas nos termos da lusofonia, que, por sua vez, redesenha o desejo de uma estratégia identitária global.

Segundo Maino, a institucionalização da pesquisa africanista portuguesa, por exemplo, está subordinada ao projeto de expansão colonial, como em outros países, mas ela desenvolverá menos um saber específico sobre a África do que um discurso sobre si (Portugal), contribuindo assim para reforçar o imaginário da “hiperidentidade” de um

Império com vocação ecumênica. Segundo Lourenço (1978), é por revalorizar essa imagem desastrosa de si que Portugal coloniza a África. A teoria do lusotropicalismo não foi um dispositivo de saber específico a serviço de uma ciência imperial; ao contrário, é se negando como ciência que ela neutraliza um império transformando-o em identidade (Maino, 2005, p. 197).

Língua e literatura sempre foram instrumentos importantes no desenvolvimento do sentimento de pertencimento nacional e, por sua vez, foram também profundamente marcadas por esse pertencimento. A ligação estreita entre língua, literatura e nação que se formou do século XIX se traduziu atualmente pela instauração de um *espaço internacional de literaturas nacionais* que organiza a apreensão da literatura, a organização do ensino literário ou as classificações das bibliotecas (Thiesse, 2009a, p. 61). A nação, enquanto espaço de pertencimento que se agrega em torno da língua e da literatura, tem uma relação singular com a temporalidade: ela é concebida como um coletivo com origens muito antigas, mas sua perenidade se dá por meio de figuras míticas intangíveis. Essa singularidade se traduz numa concepção determinada da história literária, por exemplo: da mesma forma que a história nacional, em geral, cobre todos os séculos e não deixa nenhuma lacuna, a história literária deve inventar e valorizar um conjunto de obras que correspondam a cada grande período da história nacional. Mas esta série de obras deve também sublinhar a permanência e a especificidade do espírito nacional. A história literária, visto que ela se inscreve num quadro nacional, é, portanto, menos histórica do que geográfica: ela traça as fronteiras de uma identidade nacional contínua através dos séculos (Thiesse, 2009a, p. 65-66).

A era nacional, portanto, marcou fortemente nossa concepção da literatura pela afirmação tácita de que, por um lado, *não há nação sem literatura* e, por outro, *não há literatura que não seja nacional*. Atualmente, o lugar privilegiado que tomou a literatura nacional no sistema de ensino, por exemplo, é colocado em questão no quadro da mundialização e da formação de comunidades transnacionais culturais e econômicas (dentre elas a CPLP). Isso abre uma série de questões sobre a definição do cânone literário, a concepção de manuais transnacionais de ensino, o uso de traduções e recursos textuais eletrônicos e a invenção de novas práticas de circulação editorial. (Thiesse, 2009b, p. 25). Esse último aspecto será objeto de nossa análise a seguir, considerando sempre que os vestígios do processo de significação e apagamento da Língua Portuguesa no contexto da colonização/descolonização linguística ficam

marcados, por exemplo, no modo como as literaturas produzidas contemporaneamente são editadas, catalogadas e premiadas.

### **Cinco paradas entre nações, instituições e literaturas<sup>5</sup>**

O livro *O vendedor de passados*, do angolano José Eduardo Agualusa, circula em Portugal desde 2004 pelas Publicações Dom Quixote. Em 2010 foi editado no Brasil pela carioca Gryphus contendo tanto a menção aos direitos do autor quanto da editora portuguesa, além da referência a sua adequação ao “novo acordo ortográfico da língua portuguesa” e à catalogação do livro como “Romance angolano”. Em 2009, a editora brasileira se associou ao Ministério da Educação para lançar, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), um lote de livros destinados a compor o acervo de bibliotecas escolares em todo o país. Estampada no alto da primeira capa está a inscrição “MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – FNDE – PNBE 2009” seguida de um desenho circular onde se pode ler “VENDA PROIBIDA”. Na página da ficha catalográfica, encontram-se as mesmas informações da edição da Gryphus, acrescentando-se a co-participação do governo brasileiro na nova edição e na categorização do romance como pertencendo à “Coleção Identidades”. As duas edições brasileiras trazem uma epígrafe de Jorge Luís Borges e, nas costas da página, uma reprodução em escala de cinza do mapa político e hidrográfico de Angola.

*Réquiem para o navegador solitário* é escrito por Luís Cardoso, considerado pela crítica o primeiro romancista do Timor Leste. O livro apareceu em 2007 pela Dom Quixote e em 2010 saiu pela Editora Língua Geral, integrando a coleção Ponta de Lança, que pretende apresentar ao público brasileiro autores lusófonos pouco conhecidos. Nesta edição, a Câmara Brasileira do Livro, obedecendo aos dados internacionais de catalogação, classifica o texto do timorense como “Romances: Literatura portuguesa” e abaixo como “Romance português”.<sup>6</sup> A 4ª capa do livro traz a inscrição “Edição apoiada pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas” seguida

---

5 Uma versão desta análise está publicada em Fedatto (2012).

6 Assim acontece também com as edições pela Companhia das Letras dos romances de Mia Couto, catalogados ora como “Ficção portuguesa” e “Ficção: Literatura: portuguesa”, ora como “Romance moçambicano” e “Romances: literatura moçambicana em português”. Essa variação parece não obedecer a critérios cronológicos ou temáticos.

pelos logotipos da *Direção Geral do Livro e das Bibliotecas* e do *Ministério da Cultura* de Portugal.

Caso inverso é o do romance *Os malaquias*, da brasileira Andréa Del Fuego, que foi publicado em 2010 pela Língua Geral na mesma coleção de autores lusófonos e no ano seguinte apareceu em Portugal pelo Círculo de Leitores, o único clube do livro português que desde a década de 70 atenta para as preferências dos leitores na escolha de seus títulos. Em outubro de 2011, *Os malaquias* vence o prêmio luso José Saramago. Curioso é que para a editora portuguesa o romance, apesar de ser brasileiro, integra a coleção “Literatura Portuguesa”.

Outro romance editado como pertencendo à coleção Ponta de Lança revela que o angolano José Eduardo Agualusa é o coordenador geral do projeto e sócio da editora Língua Geral ao lado das brasileiras Conceição Lopes e Fátima Otero.<sup>7</sup> *O evangelho segundo a serpente*, cujo título faz alusão tanto aos evangelhos bíblicos quanto ao *Evangelho segundo Jesus Cristo*, de Saramago, é de autoria da portuguesa de origem islâmica, Faíza Hayat e foi um dos primeiros títulos lançados pela editora carioca na referida coleção, juntamente com outra autora portuguesa Patrícia Reis, com *Amor em segunda mão* e duas produções brasileiras *Dicionário de pequenas solidões*, de Ronaldo Cagiano, e *Sobre a neblina*, de Christiane Tassis. O livro de Faíza é lançado em 2006 simultaneamente pela Dom Quixote e pela Língua Geral, contando com a apresentação do moçambicano Mia Couto e a catalogação pela Câmara Brasileira do Livro como “Ficção portuguesa”.

Já *Jerusalém*, do escritor português nascido em Angola, Gonçalo M. Tavares, conheceu uma trajetória diferente. O romance é parte da tetralogia *O Reino* e foi publicado primeiramente em 2004 pela Editorial Caminho, tendo recebido os prêmios LER/Millennium BCP de 2004 e José Saramago de 2005. Um ano depois, foi editado pela paulista Companhia das Letras com o apoio do *Instituto Português do Livro e das Bibliotecas* e do *Ministério da Cultura*, sob o slogan “Portugal em acção” e foi agraciado no Brasil com o Prêmio Portugal Telecom de 2007. Ainda na 1ª reimpressão datada de 2011, a folha da ficha catalográfica menciona o fato de que “a editora optou por manter a grafia do português de Portugal”, apesar da vigência do acordo ortográfico, além de reconhecer o texto como pertencente à categoria “Ficção: Literatura portuguesa”.

---

<sup>7</sup> Cf. jornal O Globo de 24 de outubro de 2006 em matéria publicada sobre as estreias da editora: *Editora vai lançar obras de língua portuguesa: Língua Geral põe nas livrarias oito títulos*.

## **Palavras finais**

Vemos que as filiações nacionais de autores e obras são sobrepostas pela nacionalidade das editoras. O importante no mundo literário contemporâneo é publicar seus livros por casas portuguesas e brasileiras.<sup>8</sup> A origem pátria dos autores é muitas vezes convocada como fator de exotismo e apologia da diversidade, mas não chega a construir, de fato, literaturas nacionais (como no caso do timorense Luís Cardoso, cujo livro é classificado como romance português ou de Gonçalo M. Tavares, que tem naturalidade angolana, mas é considerado um escritor português que produz literatura portuguesa). Note-se ainda a valoração que se faz ao qualificar um texto literário como ficção, romance ou literatura propriamente dita. Do gênero à expressão artística por excelência os sentidos deslizam na medida do ingresso do autor no cânone literário.

Vemos, portanto, que na conjuntura econômica globalizada, a transposição das fronteiras nacionais determina um fluxo assimétrico das mercadorias que materializam a literatura e as línguas, o que implica em dizer que as tentativas de uniformização das línguas portuguesas e catalogação de suas literaturas apresentam a mesma característica desigual presente nos outros ramos da globalização e também no processo colonizador. A mundialização da língua portuguesa através da literatura é determinada por uma disparidade de forças com relação às línguas nacionais e de imigração, mas por políticas que constroem juridicamente uma unidade imaginária ao mesmo tempo em que se beneficiam da heterogeneidade das produções literárias em Língua Portuguesa.

A produção literária contemporânea, isto é, do período da globalização que se dá no início dos anos 1990, se mostrou um espaço importante de reflexão acerca dessa heterogeneidade linguística e cultural, pois ela materializa tanto a administração da diferença entre as línguas portuguesas quanto a produção da literatura como uma mercadoria que legitima/veicula culturas nacionais inscritas numa determinada conjuntura histórico-econômica, a da mundialização.

Ao final deste breve estudo, afirmamos que mesmo imposta violenta e/ou consensualmente e administrada sob a noção limitadora de lusofonia, a língua portuguesa não é somente uma língua de Estado, autoritária, *língua de madeira* (Gadet e Pêcheux, 2004, p. 23); nem artificial, cortada de seu espaço enunciativo, *língua de papel*

---

8 José Eduardo Agualusa dá uma declaração sintomática ao jornal O Globo de 24/10/2006: “Não escolhemos o mercado brasileiro por acaso. Diferentemente da Europa, onde o número de leitores não cresce mais, no Brasil há um crescimento da população e, principalmente, da população alfabetizada”

(Deleuze e Guattari, 1977, p. 26 *et seq.*).<sup>9</sup> Vimos que a diversidade das literaturas em línguas portuguesas precisa ser contraditoriamente afirmada e negada para que se produza uma literatura de/em língua portuguesa com a coesão do singular do qual a lusofonia se decalca. Mas as línguas portuguesas e as literaturas produzidas nos países descolonizados são *nacionais* (em sentido forte), isto é, são produções de nações diversas que acontecem na tensão entre um imaginário de unidade e a produção efetiva da diferença – em relação às línguas oficiais/nacionais, maternas e de imigração praticadas naquele espaço nacional. Só que a presunção das organizações supranacionais que representam a unidade do mundo lusófono e colaboram para a publicação internacional das literaturas em língua portuguesa é de que essa pluralidade pode ser administrada com acordos ortográficos e catalogações internacionais que desconsideram as especificidades dessas produções a fim de que os livros, tomados enquanto mercadoria, circulem transnacionalmente, aumentando, assim, o mercado leitor/consumidor e a influência linguística das nações economicamente mais fortes (notadamente Portugal por ser a matriz cultural e Brasil por ser uma das potências emergentes do mundo atual). É como projeção e reflexo desse percurso histórico contraditório que a unificação se produz na literatura contemporânea e a pluralidade é administrada no singular. Através da ideia de lusofonia, a *mundialização literária* afirma as literaturas em línguas portuguesas como irmãs ou como primas distantes, às vezes até já mortas, dependendo da afinidade econômica entre as nações em questão. Unidas pela uniformização e afastadas pela estrangeiridade, essas literaturas são significadas como tendo um vínculo natural, consanguíneo, parental. Mas enquanto não se reconhecer esse vínculo como sendo histórico – relacionado, como dissemos, à colonização e à mundialização, não haverá espaço para a elaboração da diferença que as constitui.

### **OBRAS ANALISADAS**

Agualusa, José Eduardo. *O vendedor de passados*. Lisboa: Dom Quixote, 2004. Rio de Janeiro: Editora Gryphus, 2011.

---

<sup>9</sup> *Língua de madeira* é uma expressão dos analistas de discurso franceses Gadet e Pêcheux (2004), para designar a língua tratada como um sistema fechado, doutrinário e normativo como a língua da gramática, do direito e de discursos políticos. *Língua de papel* é um sintagma cunhado por Deleuze e Guattari (1977) num estudo sobre a literatura menor, aquela praticada por minorias oprimidas ou opressoras num espaço exíguo e através de uma língua desterritorializada, de papel.

Cardoso, Luís. *Réquiem para o navegador solitário*. Lisboa: Dom Quixote, 2007. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2010.

Couto, Mia. *Terra sonâmbula*. Lisboa: Caminho, 1992. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Couto, Mia. *Venenos de Deus, remédios do Diabo*. Lisboa: Caminho, 2008. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

Del Fuego, Andrea. *Os malaquias*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2010. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

Hayat, Faísa. *O evangelho segundo a serpente*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2006. Lisboa: Dom Quixote, 2006.

Tavares, Gonçalo. M. *Jerusalém*. Lisboa: Caminho, 2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Auroux, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1992.

Auroux, Sylvain. La réalité de l'hyperlangue. **Langages**, 31e année, n°127, 1997. pp. 110-121.

Disponível em: [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge\\_0458-726X\\_1997\\_num\\_31\\_127\\_2128](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726X_1997_num_31_127_2128)

Barreto, Raquel Goulard. Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi. *Revista Teias*, ano 7, n° 13/14. Rio de Janeiro, jan/dez 2006. Disponível em <<http://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Analise%20do%20Discurs%20-%20Eni%20Orlandi.pdf>>

Calvet, Louis-Jean. *Les politiques linguistiques*. Col. Que sais-je?. Paris: PUF, 1996.

Deleuze, Gilles; Guattari, Felix. O que é uma literatura menor? In: *Kafka. Por uma literatura menor*. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

Dias, Luiz Francisco. Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal. In: Saraiva, M. E. F. E Marinho, J. H. C. (org.) *Estudos da língua em uso: relações inter- e intra-sentenciais*. Belo Horizonte: Núcleo de estudos da língua em uso, Grupo de estudos funcionalistas da linguagem, Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

Fedatto, Carolina P. Políticas linguísticas e literaturas contemporâneas em Língua Portuguesa. **Itinerários**, n.º 35. Araraquara, jul./dez., 2012, p. 133-144.

Freyre, Gilberto. (1940) *O mundo que o português criou*. São Paulo: É Realizações, 2010.

Gadet, Françoise; Pêcheux, Michel. *A língua inatingível*. Trad. Bethania Mariani e Maria Elisabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

Guimarães, Eduardo. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2005.

Lourenço, Eduardo. *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

Maino, Elisabetta. Pour une généalogie de l'africanisme portugais. *Cahiers d'études africaines*, 2005/1 n° 177, p. 166-215. <http://www.cairn.info/revue-cahiers-d-etudes-africaines-2005-1-page-166.htm>

Mariani, Bethania. *Colonização linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

Mariani, Bethania. Da colonização linguística portuguesa à economia neoliberal: nações plurilíngües. In: PADILHA, L. C. e Lúcia Helena (org.). *Revista Gragoatá*, n° 24. Niterói: EdUFF, 2008.

Orlandi, Eni P. Ética e política linguística. *Línguas e instrumentos linguísticos*, n° 01. Campinas: Pontes: jan/jun de 1998.

Orlandi, Eni P. *Terra à vista – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

Pêcheux, Michel (1969). Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise & HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

Pêcheux, Michel (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

Pêcheux, Michel (1982). Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

Perez, Michel. Les enjeux de la lusophonie. Le portugais, langue de communication internationale. *Lusotopie*. Paris : Khartala, 2000 : 610-620.

Teyssier, Paul. (1980) *História da língua portuguesa*. Trad. Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Thiesse, Anne-Marie. Communautés imaginées et littératures. *Romantisme*, 2009a/1 n° 143, p. 61-68. DOI : 10.3917/rom.143.0061

Thiesse, Anne-Marie. Littérature et éducation au national. *Le français aujourd'hui*, 2009b/4 n° 167, p. 19-26. DOI : 10.3917/lfa.167.0019

Venâncio, José Carlos. *Literatura e poder na África lusófona*. Lisboa: Ministério da Educação/ Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

